



Luz de Belém S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Luz de Belém S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Luz de Belém S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os



Luz de Belém S.A.

assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

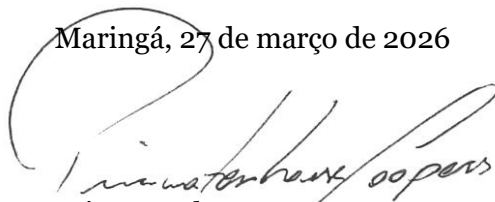


Luz de Belém S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 27 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2PR008333/F-8

DocuSigned by
Assinado por: Gabriel Perussolo 03810816990
CPF: 03810816990
Data/Hora da Assinatura: 27 March 2026 15:44 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC SyngularID Multipla

Gabriel Perussolo
Contador CRC 1PR057146/O-0



Luz de Belém S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanco Patrimonial
Em 31 de dezembro

| Ativo | | | | Passivo e patrimônio líquido | | | |
|--|--------------|-------------------|-------------------|--|--------------|-------------------|-------------------|
| | Notas | 31/12/2025 | 31/12/2024 | | Notas | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
| Circulante | | 21.453 | 32.682 | Circulante | | 44.745 | 39.222 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 383 | 10.746 | Fornecedores | | 157 | 7.486 |
| Contas a receber | 4 | 813 | 630 | Passivo de arrendamentos | 12 | 8.557 | 9.331 |
| Ativo de contrato de concessão | 5 | 5.222 | 4.047 | Salários e encargos sociais a pagar | | 303 | 330 |
| Créditos tributários | 7 | 4.812 | 4.278 | Encargos tributários a pagar | | 30 | 270 |
| Ativos destinados à aplic. concessões e serviços | 6 | 1.493 | 3.414 | Partes relacionadas | 9 | 35.569 | 21.805 |
| Adiantamentos | 8 | 8.186 | 9.504 | Demais contas a pagar | | 129 | - |
| Outros ativos | | 544 | 63 | | | | |
| Não circulante | | 55.458 | 45.166 | Não circulante | | 7.948 | 12.885 |
| Ativo de contrato de concessão | 5 | 22.299 | 2.921 | Passivo de arrendamentos | 12 | 5.354 | 11.992 |
| Créditos tributários | 7 | 45 | - | PIS e COFINS a pagar | 13 | 2.343 | 689 |
| Partes relacionadas | 9 | 7.360 | 7.360 | Provisão para contingências | 14 | 251 | 204 |
| Outros ativos | | - | 34 | | | | |
| Imobilizado | | 174 | 171 | Patrimônio líquido | | 24.218 | 25.741 |
| Intangível | 10 | 2.670 | 2.954 | Capital social | 15.1 | 48.211 | 48.211 |
| Direito de uso | 11 | 22.910 | 31.726 | Prejuízos acumulados | 15.2 | (23.993) | (22.470) |
| Total do Ativo | | 76.911 | 77.848 | Total do passivo e patrimônio líquido | | 76.911 | 77.848 |

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras



Luz de Belém S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro

| | Notas | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|-------|-----------------|-----------------|
| (=) Receita Líquida | 16 | 31.005 | 48.320 |
| (-) Custo dos Serviços Prestados | 17 | (28.812) | (49.741) |
| (=) Lucro Bruto | | 2.193 | (1.421) |
| Despesas (receitas) operacionais | | (2.732) | (3.239) |
| Despesas Gerais e Administrativas | 18 | (2.659) | (3.030) |
| Despesas Comerciais | | (13) | (21) |
| Outras Receitas (despesas), líquidas | | (60) | (188) |
| Resultado operacional antes dos efeitos financeiros | | (539) | (4.660) |
| Resultado financeiro | | | |
| (-) Despesas Financeiras | 19 | (1.059) | (430) |
| (+) Receitas Financeiras | 19 | 75 | 64 |
| | | (984) | (366) |
| (=) Resultado antes dos Impostos sobre o Lucro | | (1.523) | (5.026) |
| Imposto de renda e contribuição social | | | |
| Corrente | | - | - |
| Diferidos | | - | 95 |
| | | - | 95 |
| (=) Resultado Líquido | | (1.523) | (4.931) |
| Resultado por ação básico e diluído (em reais) | 20 | (0,0316) | (0,1023) |

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras



Luz de Belém S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado do Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro

| | <u>31/12/2025</u> | <u>31/12/2024</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Prejuízo do exercício | (1.523) | (4.931) |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Total de outros resultados abrangentes | (1.523) | (4.931) |

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras



Luz de Belém S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro

| | Capital Social | Prejuízos acumulados | Patrimônio líquido |
|--|-----------------------|-----------------------------|---------------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 48.211 | (17.539) | 30.672 |
| Prejuízo do exercício | - | (4.931) | (4.931) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 48.211 | (22.470) | 25.741 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 48.211 | (22.470) | 25.741 |
| Prejuízo do exercício | - | (1.523) | (1.523) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | 48.211 | (23.993) | 24.218 |

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras



Luz de Belém S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|-----------------|----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | |
| (=) Resultado Líquido do Exercício | (1.523) | (4.931) |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais: | 10.048 | 12.866 |
| Depreciação e amortização sobre imobilizado, intangível e direito de uso | 10.926 | 10.761 |
| Juros e AVP apropriados sobre passivo de arrendamentos | 1.834 | 2.886 |
| juros e atualização monetária sobre o ativo de contrato | (4.413) | (1.441) |
| Provisão para contingências | 47 | 92 |
| Provisão de PIS e COFINS | 1.654 | 568 |
| Resultado Líquido Ajustado | 8.525 | 7.935 |
| Aumento (redução) nos ativos | | |
| Contas a receber de clientes | (183) | - |
| Demais contas a receber e adiantamentos | 870 | (307) |
| Créditos tributários | (579) | (2.113) |
| Ativos destinados a aplicação nas concessões | 1.921 | (184) |
| Aumento (redução) nos passivos | | |
| Fornecedores | (7.329) | (7.573) |
| Encargos tributários a pagar | - | (197) |
| Salários e encargos sociais a pagar | (27) | (53) |
| Demais contas a pagar | (285) | 3 |
| | 2.914 | (2.489) |
| Outros | | |
| Pagamento de juros sobre Passivos de arrendamentos | (1.859) | (2.886) |
| Caixa Líquido Atividades Operacionais | 1.055 | (5.375) |
| Aquisição de ativo imobilizado e intangível | (25) | - |
| Aquisição do ativo de contrato | (20.461) | (23.769) |
| Recebimento do ativo de contrato | 4.321 | 22.742 |
| Caixa Líquido Atividades de Investimento | (16.166) | (1.027) |
| Terceiros: | | |
| Amortização do passivo de arrendamentos | (9.017) | (13.113) |
| Acionistas: | | |
| Empréstimos entre partes relacionadas | 13.764 | 22.676 |
| Caixa Líquido Atividades de Financiamento | 4.747 | 9.563 |
| Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes | (10.364) | 3.161 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 10.746 | 7.585 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 383 | 10.746 |

As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras



Luz de Belém S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

Luz de Belém SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de propósito específico de capital fechado, tem por objetivo exclusivamente, a elaboração do projeto, implantação, expansão, modernização, operação e manutenção das instalações de iluminação pública do Município de Belém capital do Estado do Pará, bem como instituir processos para responsabilidade do consumo de energia de iluminação pública, nos termos da concorrência nº 005/2020, instruída pelo processo administrativo nº 8082/2019, que tem por objeto a outorga de Parceria Público Privada (“PPP”) na modalidade concessão administrativa (“Concessão Administrativa”). Constituída em 25 de fevereiro de 2021, tem sede e foro na avenida Dr. Freitas, nº 764, Bairro Pedreira, CEP 66.087-810, na cidade de Belém, estado do Pará. O contrato de concessão administrativa foi assinado em 22/03/2021 e terá prazo de 13 anos a contar da assinatura da ordem de serviço que foi em 11 de maio de 2022.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encerrou seu capital circulante líquido negativo em R\$ 23.292 (R\$ 6.540 em 31 de dezembro de 2024), como já era previsto neste período de contrato de manutenção, porém a Companhia vem recebendo apoio dos acionistas para que as obrigações previstas no contrato e o plano de negócio seja cumprido. Durante o exercício de 2025, a Administração conseguiu manter seus fornecedores em dia e cumpriu com as obrigações contratuais. Com o cumprimento do 4º marco do ciclo de investimentos em outubro de 2025, a contraprestação foi reajustada de R\$ 815 para R\$ 1.248 mensais. Com este reajuste, a Administração prevê que a geração de fluxo de caixa operacional será suficiente para equalização da liquidez e cumprimento das obrigações de curto prazo. Entretanto, assim como foi necessário para 2025, a Companhia conta com o suporte financeiro do seu controlador que atualmente é o maior credor da Companhia.

1.1. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das demonstrações financeiras em 27 de março 2026.

2. Apresentação das demonstrações financeiras:

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo custo amortizado, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. As estimativas críticas estão na nota 2.4.5.



Luz de Belém S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes das registradas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As informações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última casa decimal.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.4. Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todas as demonstrações financeiras anuais da Companhia.

2.4.1. Ativos e passivos financeiros

2.4.1.1. Ativo financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a seguinte categoria de mensuração:

- ***Mensurados ao custo amortizado.***

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

2.4.1.2. Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

2.4.1.3. Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.



Luz de Belém S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para as contas a receber de clientes e ativo de contrato, a Companhia reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.4.1.4. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.4.2. Ativo circulante e não circulante

2.4.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário – CDBs e aplicações compromissadas, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um fundo de investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.4.2.2. Ativo de contrato de concessão

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como “Ativo de contrato”, quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo de contrato do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público.

O ativo de contrato de concessão é mensurado ao custo amortizado. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato – TRAC por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

O saldo do ativo de contrato de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAC da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da Contraprestação pecuniária (receita anual) que deve remunerar a infraestrutura.

A contraprestação pecuniária prevista no contrato de PPP – Parceria Público Privada (receita anual) é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema e não depende da utilização da infraestrutura. Portanto, não existe risco de demanda. Excepcionalmente, a “receita anual” (fluxo de caixa) pode ser reduzida anualmente em decorrência de indisponibilidade dos sistemas (performance).

A parcela de remuneração do ativo de contrato de concessão deve ser apresentada na demonstração do resultado de forma consistente e deve ser apresentada entre as receitas da operação.



Luz de Belém S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4.2.3. Perda no valor recuperável (*impairment*)

Na data de cada encerramento anual das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que pelo menos os valores contábeis dos ativos não financeiros não serão recuperados. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*).

2.4.2.4. Direito de uso e passivo de arrendamentos

Os contratos de arrendamentos são registrados no ativo denominado Direito de Uso, que é o correspondente àquele que representa a transferência ao direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento; o passivo gerado em contrapartida representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade denominado passivo de arrendamentos, com exceção dos casos de arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses) ou de arrendamentos de baixo valor, conforme CPC 06.

2.4.3. Passivo circulante e não circulante

2.4.3.1. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

2.4.4. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

Receitas: A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as



Luz de Belém S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem de lucro nula.

Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Resultado por Ação: De acordo com o CPC 41 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada que disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

2.4.5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As principais premissas e julgamentos relativos a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- a) **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão, ou parceria público privada, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo de contrato, que impacta a avaliação de continuidade operacional da Companhia
- b) **Receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.



Luz de Belém S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções.

2.5. Mudanças em políticas contábeis

2.5.1. Novas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025

Alteração ao CPC 02 - Falta de conversibilidade: em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (equivalente internacional ao CPC 02), adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, a norma somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras

2.5.2. Novas normas que ainda não entraram em vigor.

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- (a) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (“SPPI test”), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”).

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades



Luz de Belém S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o ágio deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

O Grupo não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia

2.5.3. Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

• Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas

A atual estratégia de resposta da Companhia aos potenciais impactos da mudança climática concentra-se no monitoramento dos eventos climáticos de forma a minimizar danos ocasionados por eles. Além de implementar planos de contingências e de infraestrutura, como armazenamento de água e sistemas de



Luz de Belém S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

escoamento e drenagem, bem como suas manutenções preventivas. A Companhia pode ser afetada em relação a algumas questões climáticas, tais como grandes períodos de chuvas onde há enchentes que podem demandar investimentos não previstos em tratamento de esgotos, ou até na escassez de chuva, onde pode prejudicar a captação de água, que podem afetar as receitas da Companhia.

• **Reforma Tributária sobre o consumo**

Em 16 de janeiro de 2025, foi instituído a Lei complementar 214, que estabelece a Reforma Tributária ou “Reforma sobre o consumo”. Alguns temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação das normativas complementares, que deverão ser aprovadas no decorrer de 2026.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|-------------------|-------------------|
| Caixa e saldos em conta corrente bancária | 383 | 7.660 |
| Aplicações de liquidez imediata (a) | - | 3.086 |
| | 383 | 10.746 |

- a) As aplicações financeiras de modalidade renda fixa são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. No período findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não mantinha aplicações, e em 31 de dezembro de 2024 a remuneração média das aplicações financeiras todas da modalidade CDB (Cédula de Crédito Bancário, equivale era de 71% do CDI).

4. Contas a receber

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|-------------------|-------------------|
| Contas a receber - Prefeitura de Belém - PA | 813 | 630 |
| | 813 | 630 |

O saldo de clientes refere-se a serviços prestados à Prefeitura de Belém referente a manutenção no parque de iluminação pública da cidade de Belém-PR. A Companhia não registra perdas de créditos de liquidação duvidosa, uma vez que o contrato com o poder concedente permite que seja realizada a medição dentro do mês e faturado e pago no mês seguinte.



Luz de Belém S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Ativo de contrato de concessão

O ativo de contrato de concessão é constituído com a execução dos investimentos previstos nos contratos de concessão. Posteriormente, o ativo de contrato é atualizado pela Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato (“TRAC”) e amortizado pelo recebimento de contraprestações. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a TRAC por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo de contrato no prazo de concessão, e periodicamente é revisada.

São classificados em curto e longo prazo de acordo com as contraprestações a serem recebidas durante a vigência da concessão. A Companhia encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, cumprindo com o 4º ciclo de investimentos, o qual a contraprestação foi reajustada para R\$ 1.248 mensais.

5.1. Composição do ativo de contrato de concessão

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|-------------------|-------------------|
| Constituição do ativo de contrato | 27.521 | 6.968 |
| Juros sobre ativo de contrato | 3.178 | 1.151 |
| Atualização monetária sobre ativo de contrato | 3.070 | 685 |
| Recebimento de juros sobre ativo de contrato | (6.249) | (1.836) |
| | 27.521 | 6.968 |
| TRAC - Taxa de retorno do Ativo de Contrato | 11,12% | 11,12% |
| Ativo de Contrato - Curto Prazo | 5.222 | 4.047 |
| Ativo de Contrato - Longo Prazo | 22.299 | 2.921 |
| | 27.521 | 6.968 |

5.2. Movimentação do ativo de contrato de concessão

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|-------------------|-------------------|
| Saldo inicial | 6.968 | 4.500 |
| Adições (Receita de Construção) | 20.461 | 23.769 |
| Juros e atualização monetária sobre ativo de contrato | 4.413 | 1.441 |
| Recebimento de juros sobre ativo de contrato (CIP) (*) | (4.321) | (22.742) |
| Saldo final | 27.521 | 6.968 |

(*) Contribuição de Iluminação Pública

5.3. Serviços de construção

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|-----------------------|-------------------|-------------------|
| Receita de Construção | 20.461 | 23.769 |
| Custo de Construção | (20.461) | (23.769) |
| | - | - |

6. Ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços

Os estoques são ativos destinados à aplicação no contrato de parceria público privado com o Município de Belém-PA, conforme composição abaixo:



Luz de Belém S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|--------------|--------------|
| Postes e acessórios | 12 | 202 |
| Fios e cabos | 69 | 350 |
| Lâmpadas e luminárias | 245 | 729 |
| Reatores e relês | 76 | 140 |
| Braços e suportes de luminárias | 238 | 1.028 |
| Ferramentas e acessórios | 242 | 439 |
| Outros materiais de uso e consumo e manutenção | 611 | 526 |
| | 1.493 | 3.414 |

Os respectivos ativos estão avaliados ao custo médio de aquisição. A Administração possui procedimentos de análise tempestiva de riscos de perda desses ativos e avaliou que os valores estão registrados pelo valor de custo ou mercado, dos dois o menor. A administração da Companhia avaliou não ser necessária a constituição de provisão para obsolescência desses ativos.

7. Créditos tributários

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--------------------------------------|--------------|--------------|
| Ativo circulante | | |
| PIS a recuperar (a) | 444 | 303 |
| COFINS a recuperar (a) | 2.025 | 1.391 |
| IRRF a recuperar | 158 | 433 |
| INSS a recuperar sobre Faturamento | 1.310 | 1.691 |
| IRPJ Saldo negativo (b) | 874 | 461 |
| | 4.812 | 4.278 |
| Ativo não circulante | | |
| PIS a recuperar (a) | 8 | - |
| COFINS a recuperar (a) | 37 | - |
| | 45 | - |
| Total de impostos a recuperar | 4.857 | 4.278 |

(a) O saldo de PIS e COFINS a recuperar refere-se a apropriação dos tributos sobre os investimentos a serem recuperados com a mesma natureza dentro do exercício.

(b) O saldo de IRPJ saldo negativo refere-se a créditos de IRRF retidos ao longo de 2024 não utilizados na apuração do IRPJ, assim, podendo ser utilizado para compensação de tributos de qualquer natureza.

8. Adiantamentos

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|-------------------------------------|--------------|--------------|
| Adiantamentos a funcionários | 3 | 5 |
| Stylux Brasil Smart Energy (a) | 8.039 | 8.084 |
| Outros adiantamentos a fornecedores | 144 | 1.414 |
| | 8.186 | 9.504 |

(a) Refere-se ao pagamento de caução sobre o contrato de locação de luminárias com a empresa Stylux Brasil Smart Energy, onde este adiantamento pode ser subtraído do preço residual da opção de compra durante a vigência do contato, ou nas duas últimas parcelas.



Luz de Belém S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|---------------|---------------|
| Ativo não circulante | | |
| Ello Serviços, Obras e Participações Ltda | 7.360 | 7.360 |
| | 7.360 | 7.360 |
| Passivo circulante | | |
| Fornecedores | | |
| Urbeluz Energética S.A. | - | 2.295 |
| | - | 2.295 |
| Passivo não circulante | | |
| Conasa Infraestrutura S.A. | 35.569 | 21.805 |
| | 35.569 | 21.805 |

Em virtude do atraso na assinatura do contrato, bem como a não realização do início das obras, a Companhia decidiu por firmar contrato de mútuo com seus acionistas, os quais não serão cobrados juros remuneratórios e seu vencimento se dará em 31 de dezembro de 2025, momento em que se encerra o maior ciclo de investimentos do contrato de concessão. A acionista Conasa Infraestrutura S.A., liquidou os valores do ativo e aportou recursos adicionais em 2025 para a Companhia cumprir com os ciclos de investimentos. A acionista Ello Participações não aportou recursos durante o exercício de 2024 e 2025, assim, a Conasa negocia a aquisição das ações da outra acionista.

9.1. Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia reconheceu no resultado valores referente a serviços administrativos compartilhados com sua controladora Conasa Infraestrutura S.A, conforme contrato de prestação de serviços. Estão inseridos nesses serviços os valores das despesas de um modo geral necessárias para a manutenção da estrutura administrativa da Controladora, rateadas com suas coligadas e controladas, conforme demonstrado abaixo. A Companhia não possui saldos a pagar para sua Controladora.

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|----------------------------|--------------|----------------|
| Resultado | | |
| Conasa Infraestrutura S.A. | (502) | (1.174) |
| | (502) | (1.174) |

10. Intangível

| | (% Taxa Amort. a.a.) | 31/12/2025 | | | 31/12/2024 |
|----------------------------------|----------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | | Custo | Amortização | Líquido | Líquido |
| Ativo Intangível | | | | | |
| Software e redes | 20,00% | 7 | (4) | 3 | 3 |
| Projetos e estudos (*) | 9,63% | 3.564 | (897) | 2.667 | 2.951 |
| Total do ativo intangível | | 3.571 | (901) | 2.670 | 2.954 |

(*) O saldo de projetos e estudos refere-se a estudos de viabilidade do projeto realizados pelo Caixa Econômica Federal, contratada pela prefeitura de Belém-PA e que seria de responsabilidade do vencedor da licitação, conforme previsto no edital. Esses saldos do projeto serão amortizados linearmente até o final do contrato de PPP.



Luz de Belém S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.1. Movimentação

| | 31/12/2024 | | | 31/12/2025 |
|----------------------------------|---------------|----------|--------------|--------------|
| | Saldo inicial | Adições | Amortização | Saldo final |
| Ativo Intangível | | | | |
| Software e redes | 3 | - | - | 3 |
| Projetos e estudos | 2.951 | - | (284) | 2.667 |
| Total do ativo intangível | 2.954 | - | (286) | 2.670 |

| | 31/12/2023 | | | 31/12/2024 |
|----------------------------------|---------------|----------|--------------|--------------|
| | Saldo inicial | Adições | Amortização | Saldo final |
| Ativo Intangível | | | | |
| Software e redes | 5 | - | (2) | 3 |
| Projetos e estudos | 3.234 | - | (283) | 2.951 |
| Total do ativo intangível | 3.239 | - | (285) | 2.954 |

11. Direito de uso

| | (% Taxa Deprec. a.a.) | 31/12/2025 | | | 31/12/2024 |
|--|-----------------------|---------------|-----------------------|------------------------|------------------------|
| | | Custo | Amortização acumulada | Direito de uso líquido | Direito de uso líquido |
| Arrendamentos | | | | | |
| Direito de uso - Luminárias (a) | 20,00% | 31.316 | (15.701) | 15.615 | 23.422 |
| Direito de uso - Sistema de Telegestão (b) | 20,00% | 13.637 | (7.417) | 6.220 | 7.933 |
| Direito de uso - Outros arrendamentos | 20,00% | 5.005 | (3.930) | 1.075 | 371 |
| | | 49.958 | (27.048) | 22.910 | 31.726 |

- a) Refere-se ao contrato de arrendamento mercantil realizado com a empresa Stylux do Brasil Sistemas de Iluminação e Energia S.A referente a luminárias para o parque de iluminação pública da cidade de Belém-PA.
- b) Refere-se ao contrato de telegestão das luminárias junto a empresa Stysmart Gestão em Tecnologia o qual dará suporte para sua integração com o sistema de gestão de iluminação pública no contrato com a Prefeitura de Belém-PA.

11.1. Movimentação

| | 31/12/2024 | | | | | 31/12/2025 |
|--|---------------|-----------------|--------------|--------------|-----------------|---------------|
| | Saldo inicial | Novos contratos | Remensuração | (-) Baixas | Amortização | Saldo Final |
| Arrendamentos | | | | | | |
| Direito de uso - Luminárias (a) | 23.422 | - | 544 | - | (8.351) | 15.615 |
| Direito de uso - Sistema de Telegestão (b) | 7.933 | - | 189 | - | (1.902) | 6.220 |
| Direito de uso - Outros arrendamentos | 371 | 1.315 | - | (274) | (337) | 1.075 |
| | 31.726 | 1.315 | 733 | (274) | (10.590) | 22.910 |

| | 31/12/2023 | | | | 31/12/2024 |
|--|---------------|-----------------|--------------|-----------------|---------------|
| | Saldo inicial | Novos contratos | Remensuração | Amortização | Saldo Final |
| Arrendamentos | | | | | |
| Direito de uso - Luminárias (a) | 31.691 | - | - | (8.269) | 23.422 |
| Direito de uso - Sistema de Telegestão (b) | 9.674 | - | 283 | (2.024) | 7.933 |
| Direito de uso - Outros arrendamentos | 487 | - | 21 | (135) | 371 |
| | 41.852 | - | 304 | (10.428) | 31.726 |



Luz de Belém S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Passivo de arrendamento

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|---------------|---------------|
| Circulante | | |
| Passivo de arrendamentos - Luminárias (a) | 5.720 | 6.756 |
| Passivo de arrendamentos - Sistema de Telegestão (b) | 2.594 | 2.426 |
| Passivo de arrendamentos - Outros arrendamentos | 243 | 148 |
| | 8.557 | 9.330 |
| Não circulante | | |
| Passivo de arrendamentos - Luminárias (a) | 3.826 | 8.840 |
| Passivo de arrendamentos - Sistema de Telegestão (b) | 665 | 2.882 |
| Passivo de arrendamentos - Outros arrendamentos | 863 | 270 |
| | 5.354 | 11.992 |
| Total do passivo de arrendamentos | 13.911 | 21.322 |

- a) Refere-se ao contrato de arrendamento mercantil realizado com a empresa StyLux do Brasil Sistemas de Iluminação e Energia S.A referente a luminárias para o parque de iluminação pública da cidade de Belém-PA.
- b)) Refere-se ao contrato de telegestão das luminárias junto a empresa Stysmart Gestão em Tecnologia o qual dará suporte para sua integração com o sistema de gestão de iluminação pública no contrato com a Prefeitura de Belém-PA.

12.1. Movimentação

| | 31/12/2024 | | | | | | | 31/12/2025 |
|---|---------------|-----------------|--------------|--------------|---------------------------------|-------------------------|---------------------|---------------|
| | Saldo inicial | Novos contratos | (-) Baixas | Remensuração | Juros e ajuste a valor presente | Pagamentos de principal | Pagamentos de juros | Saldo Final |
| Arrendamentos | | | | | | | | |
| Arrendamentos - Luminárias (a) | 15.596 | - | - | 544 | 1.339 | (6.593) | (1.339) | 9.547 |
| Arrendamentos - Sistema de Telegestão (b) | 5.308 | - | - | 189 | 390 | (2.214) | (415) | 3.258 |
| Arrendamentos - Outros arrendamentos | 418 | 1.315 | (417) | - | 105 | (210) | (105) | 1.106 |
| | 21.322 | 1.315 | (417) | 733 | 1.834 | (9.017) | (1.859) | 13.911 |

| | 31/12/2023 | | | | | 31/12/2024 | |
|---|---------------|--------------|---------------------------------|-------------------------|---------------------|---------------|--|
| | Saldo inicial | Remensuração | Juros e ajuste a valor presente | Pagamentos de principal | Pagamentos de juros | Saldo Final | |
| Arrendamentos | | | | | | | |
| Arrendamentos - Luminárias (a) | 24.325 | - | 2.163 | (8.730) | (2.162) | 15.596 | |
| Arrendamentos - Sistema de Telegestão (b) | 9.279 | 283 | 671 | (4.253) | (672) | 5.308 | |
| Arrendamentos - Outros arrendamentos | 527 | 21 | 52 | (130) | (52) | 418 | |
| | 34.131 | 304 | 2.886 | (13.113) | (2.886) | 21.322 | |

13. Tributos a recolher

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|--------------|------------|
| Não circulante | | |
| Pis e Cofins sobre receitas a faturar | | |
| Pis | 412 | 123 |
| Cofins | 1.931 | 567 |
| | 2.343 | 689 |

Os impostos diferidos são referentes a receita sobre obras realizadas e reconhecidas através dos boletins de medições no encerramento do exercício de 2025.



Luz de Belém S.A.

Demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisão para contingências

14.1. Processos com probabilidade de perda provável e possível

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para tributos sobre serviços prestados continuados, onde a perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. A Companhia não mantém outros processos de outras naturezas nem prováveis, tão pouco possíveis, conforme demonstrado abaixo:

14.2. Composição de probabilidade de perda prováveis:

| Probabilidade da perda | 31/12/2025 | | | |
|------------------------|------------|-------------|------------|------------|
| | Cível | Trabalhista | Tributário | Total |
| Provável | - | - | 251 | 251 |
| Total | - | - | 251 | 251 |

| Probabilidade da perda | 31/12/2024 | | | |
|------------------------|------------|-------------|------------|------------|
| | Cível | Trabalhista | Tributário | Total |
| Provável | - | 14 | 190 | 204 |
| Total | - | 14 | 190 | 204 |

14.3. Movimentação

| | Cível | Trabalhista | Tributário | Total |
|--|----------|-------------|------------|------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2025 | - | 14 | 190 | 204 |
| Provisões (reversões) | - | (14) | 61 | 47 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2025 | - | - | 251 | 251 |

| | Cível | Trabalhista | Tributário | Total |
|--|----------|-------------|------------|------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2024 | - | - | 112 | 112 |
| Provisões (reversões) | - | 14 | 78 | 92 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | - | 14 | 190 | 204 |

15. Patrimônio líquido

15.1. Capital social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 48.211, representado por 48.211.063 ações ordinárias nominativas, totalmente integralizada, com valor nominal de R\$ 1 (um real) cada. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

| Acionistas | 31/12/2025 | | | 31/12/2024 | | |
|---------------------------------------|-------------------------------|----------------|---------------------|-------------------------------|----------------|---------------------|
| | Ações em poder dos Acionistas | Capital Social | % do Capital social | Ações em poder dos Acionistas | Capital Social | % do Capital social |
| Conasa Infraestrutura S.A. | 36.158.297 | 36.158 | 75,00% | 36.158.297 | 36.158 | 75,00% |
| Ello Serviços, Obras e Particip. Ltda | 12.052.766 | 12.053 | 25,00% | 12.052.766 | 12.053 | 25,00% |
| | 48.211.063 | 48.211 | 100% | 48.211.063 | 48.211 | 100% |



Luz de Belém S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15.2. Prejuízos acumulados

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia, obteve prejuízos no resultado do exercício, assim como em 2024, conforme demonstrado abaixo:

| Prejuízos acumulados | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Prejuízos acumulados | (23.993) | (22.470) |
| | (23.993) | (22.470) |

16. Receita operacional líquida

| Receita bruta | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita de prestação de serviços | 8.252 | 27.223 |
| Receita de construção (Investimentos) | 20.461 | 23.769 |
| Remuneração do ativo de contrato | 4.413 | 1.441 |
| Receita bruta Total | 33.126 | 52.433 |
| (-) Deduções | | |
| Impostos sobre prestação de serviços | (2.120) | (4.113) |
| | (2.120) | (4.113) |
| Receita operacional líquida | 31.005 | 48.320 |

17. Custos sobre os serviços prestados

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|--|-------------------|-------------------|
| Mão de obra na operação | (3.205) | (2.286) |
| Custos com materiais e insumos na operação | (2.998) | (12.249) |
| Custos com serviços de terceiros na operação | (1.618) | (11.152) |
| Amort. Intangível e deprec. do Imobilizado | (288) | (285) |
| Amortização do direito de uso | (241) | - |
| Custos de construção | (20.461) | (23.769) |
| Total dos custos dos serviços prestados | (28.812) | (49.741) |

18. Despesas gerais e administrativas

| Despesas administrativas | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---|-------------------|-------------------|
| Despesas com pessoal | (306) | (451) |
| Honorários de consultorias e auditorias | (545) | (384) |
| Serviços administrativos compartilhados (a) | (502) | (1.174) |
| Aluguéis e locação | (206) | - |
| Depreciação | (48) | (209) |
| Despesas com informática (exceto folha) | (21) | (116) |
| Amortização direito de uso | (95) | (138) |
| Despesas com viagem | (173) | (166) |
| Seguro garantia | (161) | (204) |
| Impostos, taxas e contribuições | (67) | (173) |
| Outras despesas | (536) | (15) |
| | (2.659) | (3.030) |



Luz de Belém S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Resultado financeiro

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---------------------------------------|----------------|--------------|
| Despesas financeiras | | |
| Juros sobre pagamento de fornecedores | (942) | (292) |
| Juros sobre arrendamento mercantil | (105) | (52) |
| Juros sobre tributos | - | (60) |
| Juros apropriados sobre parcelamentos | - | (8) |
| Outras despesas financeiras | (12) | (19) |
| | (1.059) | (430) |
| Receitas financeiras | | |
| Juros s/ aplicação financeira | 42 | 55 |
| Outras receitas financeiras | 33 | 9 |
| | 75 | 64 |
| Resultado financeiro líquido | (984) | (366) |

20. Prejuízo por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico:

| | 31/12/2025 | 31/12/2024 |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Prejuízo do exercício | (1.523) | (4.931) |
| Média ponderada de ações | 48.211.063 | 48.211.063 |
| Resultado por ações (em reais) | (0,0316) | (0,1023) |

Diluído: A Companhia não apresentou o cálculo do Resultado por ação diluído, em razão de não existir fatores de diluição.

21. Instrumentos financeiros

21.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

21.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização. Os instrumentos financeiros se aproximam do valor justo no encerramento do período do saldo contábil, motivo este de estarem demonstrados abaixo somente o saldo contábil:



Luz de Belém S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Categoria | 31/12/2025 | | 31/12/2024 | |
|-------------------------------|------------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | | Valor Contábil | Valor Justo | Valor Contábil | Valor Justo |
| Ativo financeiros | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | Custo amortizado | 383 | 383 | 10.746 | 10.746 |
| Contas a receber | Custo amortizado | 813 | 813 | 630 | 630 |
| Ativo de contrato | Custo amortizado | 27.521 | 27.521 | 6.968 | 6.968 |
| Partes relacionadas | Custo amortizado | 7.360 | 7.360 | 7.360 | 7.360 |
| Passivos financeiros | | | | | |
| Fornecedores | Custo amortizado | 157 | 157 | 7.486 | 7.486 |
| Passivo de arrendamentos | Custo amortizado | 13.911 | 13.911 | 21.322 | 21.322 |
| Partes relacionadas | Custo amortizado | 35.569 | 35.569 | 21.805 | 21.805 |

22. Gestão de risco

22.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado: A Companhia não mantém ativos ou passivos que poderiam ter risco de mercado.

(b) Risco de taxa de juros: A administração da Companhia avalia que a variação da taxa básica de juros pode alterar as condições econômico-financeiras do contrato de concessão e melhorar ou piorar a capacidade de investimento da Companhia. Logo abaixo a demonstração da sensibilidade usando o cenário provável com as taxas de riscos das próprias transações e outros dois cenários demonstrando o risco de elevação da taxa, sendo o primeiro acréscimo de 25% e o segundo com 50% sobre a taxa que corresponde ao cenário provável.

| Instrumentos financeiros | Risco | 31/12/2025 | Cenário Provável | | Cenário I | | Cenário II | |
|--------------------------------|-----------------|-----------------|------------------|-----------------|-----------|-----------------|------------|-----------------|
| Ativo financeiro | | | | | | | | |
| Caixa e Aplicações Financeiras | Redução da CDI | 383 | 14,32% | 438 | 10,74% | 424 | 7,16% | 410 |
| Ativo de contrato | Redução do IPCA | 27.521 | 4,26% | 28.694 | 3,20% | 28.400 | 2,13% | 28.107 |
| Contas a receber | Redução do IPCA | 813 | 4,26% | 848 | 3,20% | 839 | 2,13% | 830 |
| | | 28.717 | | 29.979 | | 29.664 | | 29.348 |
| Passivo financeiro | | | | | | | | |
| Passivo de Arrendamentos | Aumento do IPCA | 13.911 | 4,26% | 14.504 | 5,33% | 14.652 | 6,39% | 14.800 |
| | | 13.911 | | 14.504 | | 14.652 | | 14.800 |
| Exposição | | (14.806) | | (15.475) | | (15.012) | | (14.548) |

(c) Risco de taxas de câmbio: A Companhia não realiza operações cambiais.

(d) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.



Luz de Belém S.A.
Demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(e) Risco de liquidez: A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial, revisão tarifária.

23. Remuneração dos administradores

Os diretores estatutários não receberam em 2025 nenhum valor a título de pró-labore pelos serviços prestados. Não há qualquer outro benefício concedido.

24. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, visando a avaliação adequada sobre o risco existente de perda de ativos ou de mercado.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Claudio Roberto de Leoni Ramos
Diretor Administrativo Financeiro

Isaac do Nascimento
Contador – CRCPR-043806/O-1

* * *

Certificate Of Completion

Envelope Id: F8B7CFFE-FF2B-4E39-B99F-54A3B045E046
 Subject: Complete with Docusign: LUZDEBELEM25.DEZ.pdf
 LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
 Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
 Source Envelope:
 Document Pages: 27
 Certificate Pages: 2
 AutoNav: Enabled
 Envelopeld Stamping: Enabled
 Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Status: Completed

Envelope Originator:
 Pedro Pfasolin
 Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º
 andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
 São Paulo, São Paulo 04538-132
 pedro.pfasolin@pwc.com
 IP Address: 186.215.152.4

Record Tracking

Status: Original
 26 March 2026 | 15:05

Holder: Pedro Pfasolin
 pedro.pfasolin@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original
 27 March 2026 | 15:44

Holder: CEDOC Brasil
 BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team
 @pwc.com

Location: DocuSign

Signer Events

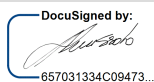
Gabriel Perussolo
 gabriel.perussolo@pwc.com
 PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication
 (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP-Brasil
 Issuer: AC SyngularID Multipla
 Subject: CN=Gabriel Perussolo:03810816990

Signature



Signature Adoption: Drawn on Device
 Using IP Address: 201.56.5.228

Certificate policy:
 [1]Certificate Policy:
 Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133
 [1,1]Policy Qualifier Info:
 Policy Qualifier Id=CPS
 Qualifier:
<http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularID-multipla.pdf>

Timestamp

Sent: 26 March 2026 | 15:06
 Viewed: 27 March 2026 | 15:44
 Signed: 27 March 2026 | 15:44

Electronic Record and Signature Disclosure:
 Not Offered via Docusign

| In Person Signer Events | Signature | Timestamp |
|------------------------------|-----------|-----------|
| Editor Delivery Events | Status | Timestamp |
| Agent Delivery Events | Status | Timestamp |
| Intermediary Delivery Events | Status | Timestamp |
| Certified Delivery Events | Status | Timestamp |
| Carbon Copy Events | Status | Timestamp |

| Carbon Copy Events | Status | Timestamp |
|---|--------|---|
| Pedro PFasolin pedro.pfasolin@pwc.com CPF: 066.844.929-25 Security Level: Email, Account Authentication (None) | COPIED | Sent: 27 March 2026 15:44 Viewed: 27 March 2026 15:44 Signed: 27 March 2026 15:44 |
| Electronic Record and Signature Disclosure: Not Offered via DocuSign | | |

| Witness Events | Signature | Timestamp |
|----------------|-----------|-----------|
|----------------|-----------|-----------|

| Notary Events | Signature | Timestamp |
|---------------|-----------|-----------|
|---------------|-----------|-----------|

| Envelope Summary Events | Status | Timestamps |
|-------------------------|--------|------------|
|-------------------------|--------|------------|

| | | |
|---------------------|------------------|-----------------------|
| Envelope Sent | Hashed/Encrypted | 26 March 2026 15:06 |
| Certified Delivered | Security Checked | 27 March 2026 15:44 |
| Signing Complete | Security Checked | 27 March 2026 15:44 |
| Completed | Security Checked | 27 March 2026 15:44 |

| Payment Events | Status | Timestamps |
|----------------|--------|------------|
|----------------|--------|------------|